

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO 2009

CARGO: AUDITOR

PROGRAMA DE PROVA ESPECÍFICA:

1. ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

- 1.1. Orçamento Público: características do orçamento tradicional, do orçamento de base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento-programa.
- 1.2. Classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira.
- 1.3. Execução da receita e da despesa orçamentária.
- 1.4. Estrutura programática adotada no setor público brasileiro.
- 1.5. Tópicos da Lei de Responsabilidade Fiscal – princípios, objetivos, e efeitos no planejamento e no processo orçamentário, regra de ouro, limites para despesa.

2. CONTABILIDADE GERAL

- 2.1. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.
- 2.2. Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Resolução CFC nº 750/93).
- 2.3. Patrimônio: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Equação fundamental do patrimônio.
- 2.4. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.
- 2.5. Conta: conceito. Débito, crédito e saldo. Teorias, função e estrutura das contas. Contas patrimoniais e de resultado. Apuração de resultados.
- 2.6. Sistema de contas e plano de contas.
- 2.7. Análise de Balanços: Horizontal, Vertical e por Índice. 8. Lei 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/2007 e Medida Provisória 449/08.

3. CONTABILIDADE PÚBLICA

- 3.1. Conceito, objeto, objetivo, campo de atuação.
- 3.2. Sistemas de Contas.
- 3.3. Variações Patrimoniais: Variações Ativas e Passivas Orçamentárias e Extra-orçamentárias.
- 3.4. Plano de Contas Único do Governo Federal: Conceito, estrutura básica: ativo, passivo, despesa, receita, resultado diminutivo, resultado aumentativo, estrutura das contas, partes integrantes, características das contas, contas de controle: da previsão e execução da receita, fixação e execução da despesa, dos restos a pagar e contas com função precípua de controle (contratos, cauções, convênios e instrumentos similares, diversos responsáveis).

3.5. Contabilização dos Principais Fatos Contábeis: Previsão de Receita, Fixação de Despesa, Descentralização de Crédito, Liberação Financeira, Realização de Receita e Despesa

3.6. Balancete: características, conteúdo e forma.

3.7. Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, 8. Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

4. TÉCNICAS DE CONTROLE

4.1. Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis emanadas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, CVM – Comissão de Valores Mobiliários e IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil e demais órgãos regulamentadores de auditoria.

4.2. Normas Brasileiras para o Exercício de Auditoria Interna.

4.3. Governança e análise de risco. Governança no setor público. O papel da auditoria na estrutura de governança. Estrutura conceitual de análise de risco (COSO). Elementos de risco e controle. Aplicação da estrutura conceitual de análise de risco.

4.4. Auditoria no setor público federal. Finalidades e objetivos da auditoria governamental. Abrangência de atuação. Formas e tipos. Normas relativas à execução dos trabalhos. Normas relativas à opinião do auditor. Relatórios e Pareceres de auditoria. Operacionalidade.

4.5. Planejamento dos Trabalhos de Auditoria. Execução dos Trabalhos de Auditoria: Programas de Auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria. Amostragem estatística em auditoria. Avaliação dos controles internos. Materialidade, relevância e risco em auditoria. Evidência em auditoria. Eventos ou transações subseqüentes. Revisão analítica. Técnicas e procedimentos de Auditoria.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994

ATTIE, William. **Auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BOYNTON, William C., JOHNSON, Raymond N., KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL, LRF. Lei complementar n. 101. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Congresso Nacional, 20 de maio de 2000.

BRASIL, Medida Provisória 449, de 3 de dezembro de 2008. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm>.

BRASIL. Lei das sociedades por ações nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores. Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Princípios Fundamentais e **Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

CPC. Comitê de Pronunciamento Contábeis. **Pronunciamento conceitual básico**: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis. CFC: Brasília, Jan. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>.

CRUZ, Flávio. **Auditoria governamental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

EQUIPE de professores da USP. **Contabilidade introdutória**: livro texto. 10. ed. 2. Tiragem, São Paulo: Atlas, 2006.

GIACOMINI, James. Orçamento público. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José P. **Análise financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 8. ed, 2006.